

Plano Diretor de Goiânia volta a ser suspenso

Juíza plantonista concedeu liminar em favor do vereador Mauro Rubem (PT) sob o argumento de que o mandado de segurança dado em dezembro, que exigiu nova audiência pública, realizada na terça-feira (4), não foi cumprido integralmente

06/01/2022 - 06:58



Plenário da Câmara Municipal recebeu última audiência pública do Plano Diretor de Goiânia (Foto: Diomício Gomes)

Vandré Abreu

vandre.abreu@opopular.com.br

A tramitação do Plano Diretor de Goiânia está suspensa novamente pela Justiça. Na noite desta quarta-feira (5), a juíza plantonista Joyre Cunha Sobrinho deferiu parcialmente liminar em favor de ação do vereador Mauro Rubem (PT).

A ação foi protocolada na segunda-feira (3) sob o argumento de que a Comissão Mista da Câmara Municipal não cumpriu a determinação judicial dada em dezembro. Na ocasião, Mauro conseguiu mandado de segurança para que fosse feita audiência pública com prazo de 15 dias entre a convocação e a realização. Após não

convocação e a realização. Após não obter êxito em recursos, a Casa marcou novo debate público para o dia 4 de janeiro.

No entanto, Mauro alegou que os documentos relativos ao processo não estavam todos publicados no prazo devido. A ação cita matéria do jornal O POPULAR que informa sobre a publicação das emendas parlamentares no dia 27 de dezembro, logo, menos de 15 dias da audiência. A Câmara, no entanto, entende que as emendas podem ser agregadas ao projeto a qualquer momento, o que não afetaria o prazo.

A decisão dada na noite desta quarta-feira (5) determina que a Câmara cumpra integralmente a liminar da juíza Patrícia Carrijo, de 19 de

Juíza Patrícia Carrijo, de 19 de dezembro, em até 24 horas, “dando publicidade a todos os documentos relacionados ao projeto de lei em questão”. Assim, fica suspensa a tramitação do projeto em razão da realização da audiência pública e “disponibilização de acesso público ao inteiro teor do projeto, com agendamento de nova data para deliberação pública, respeitado o prazo regulamentar”.

Na manhã desta quarta-feira (5), a Comissão Mista já havia aprovado o relatório final do projeto, com 56 modificações. A tramitação leva o documento ao plenário da Casa, mas ainda não há a convocação de uma sessão extraordinária para a apreciação da atualização do Plano Diretor.